

*Os Esquecidos da Sociedade Industrial: Perfil Socioeducacional, Planos e Percepções sobre o Trabalho de um Grupo de Alfabetizandos do Estado de São Paulo **

Candido Alberto Gomes

Universidade Católica de Brasília (UCB) **Márcia**

Paoliello de Andrade (colaboradora)

Analisa as características socioeducacionais, os planos e as percepções sobre a educação, o trabalho e a renda de um grupo de alfabetizandos adultos de São Bernardo do Campo, região metropolitana de São Paulo. Os resultados de uma amostra de 10% dos estudantes revelam que o grupo se compunha, sobretudo, de jovens adultos, interessados em obter melhor trabalho e elevar a sua renda. A maioria havia migrado com suas famílias de regiões relativamente menos desenvolvidas do Brasil, em particular da área rural e de cidades pequenas. Tais migrações haviam sido efetivas na obtenção de mobilidade social e de melhores condições de vida. No entanto, os entrevistados manifestavam interesse em obter mais escolaridade e rendimentos mais elevados. Em conseqüência, suas aspirações ocupacionais eram mais altas que o seu status ocupacional de então, embora fossem relativamente realistas em face das suas perspectivas, ao contrário do que diz uma parte da literatura resenhada. As suas percepções sobre o papel da educação para obter trabalho e melhorar a renda em geral correspondem à versão moderada da teoria do capital humano. Porém, parte das suas respostas, como as relativas à importância do diploma, referem-se às teorias da "sinalização" e da correspondência.

* O autor agradece ao professor Robert Verhine as sugestões apresentadas, bem como ao professor Gildo Willadino a orientação quanto ao plano de amostragem e, ainda, aos profissionais do Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania, pela aplicação do instrumento. Eventuais enganos e omissões se devem, entretanto, ao autor.

O presente trabalho visou traçar o perfil socioeducacional, bem como identificar os planos ocupacionais e educacionais e as percepções sobre o relacionamento entre educação e trabalho de um grupo de jovens e adultos que, não tendo podido freqüentar a escola no tempo próprio, matricularam-se no Programa Municipal de Alfabetização e Cidadania. Este programa, com a duração de dois anos letivos, correspondeu às quatro primeiras séries do ensino fundamental e foi oferecido pela Universidade Bandeirante de São Paulo em convênio com a Prefeitura do Município de São Bernardo do Campo. A pesquisa foi solicitada ao autor e à sua colaboradora não só para oferecer subsídios para a execução, acompanhamento e avaliação curriculares do programa, como também para contribuir para a escassa literatura sobre educação de jovens e adultos no Brasil.

Cabe observar que São Bernardo do Campo é parte da região metropolitana de São Paulo e tinha 565.100 habitantes, segundo o Censo de 1991. Município industrial e com amplo setor de comércio e serviços, 61,05% dos seus residentes trabalham no seu próprio território e 20,02% na capital de São Paulo (IMES, 1993). Não se trata, portanto, propriamente de uma cidade-dormitório. Por sua vez, a emigração de indústrias parece encaminhar a cidade para as funções residencial, comercial e de prestação de serviços. Apesar da sua dinâmica economia, integrada à região metropolitana mais rica do Brasil, o último censo, mesmo com os modestos critérios adotados, revelou 7,01 % de analfabetos na população de 15 anos e mais.

Planos educacionais e ocupacionais: uma incógnita

O conhecimento da situação de vida e trabalho dos jovens e adultos é de grande importância, todavia, é preciso também identificar a situação que almejam, isto é, os seus planos e aspirações. Quanto ao último aspecto, a literatura brasileira não é ampla. Pesquisas dos anos 60, realizadas com estudantes do ensino médio, revelaram concentração das aspirações profissionais em torno de poucas profissões prestigiosas, com acesso via escolarização,

corno Medicina e Engenharia. As elevadas aspirações não apresentaram variações significativas segundo as origens sociais dos respondentes. Com isso, não se confirmou claramente, para as populações estudadas, que as aspirações sejam lastreadas pelas "condições de realidade". Ademais, constataram-se significativas diferenças por sexo, forte preferência pelo trabalho não-manual e alta valorização do trabalho por conta própria (por exemplo, Dias et al., 1967; Gouveia, Havighurst, 1969; Camargo, 1970).

Já outros estudos mais abrangentes ou focalizando pessoas de ocupações manuais chegaram a conclusões diferentes. No primeiro caso, Weber (1976), entrevistando adultos de três meios sociais do Recife, explicou o aumento da demanda de educação pela orientação instrumental. A escolarização foi vista como meio de melhorar ou de desenvolver a situação social e, por conseguinte, o nível de vida. Esta ênfase, bem como o fato de os entrevistados em geral perceberem a educação como instrumento de integração social, revela que eles aderiram às representações coletivas do papel da educação na divisão social do trabalho. Coerentemente com a orientação instrumental mencionada, as classes dominadas não revelaram níveis mais baixos de aspirações que as demais.

Por sua vez, Ferretti (1988), pesquisando a trajetória de dez entrevistados que exerciam ocupações manuais em São Paulo, observou um baixo nível geral de expectativas ocupacionais, que, ainda assim, não foi alcançado, na realidade, pela maioria. As oportunidades de escolha ocupacional eram sujeitas à determinação econômica, o que revela a fragilidade das "carreiras". Apesar disso, a trajetória ocupacional era uma "ciranda marcada pela busca de qualificação", em especial por meio da formação na prática. As mulheres, aparentemente acomodadas, na verdade enfrentavam dificuldades adicionais, como a dupla jornada de trabalho. O trabalho por conta própria foi também muito valorizado.

Considerando a literatura sociológica em geral, verificamos que as aspirações educacionais e ocupacionais refletem a estrutura social e o modelo de mobilidade vigente, assim como a hierarquia de valores e prestígio (Turner,

1960; Hum, 1977). A importância da educação se revela especialmente quando se impõe o modelo de sucesso como trabalhador assalariado, à medida que escasseiam as oportunidades de ascensão social por meio do sucesso empresarial. Neste caso, a educação se situa como um elevador no âmbito da estratificação burocrática, isto é, para se mover no âmbito das organizações, os empregados precisam aumentar as qualificações (Mills, 1973). Todavia, ainda mais num país em que existe amplo setor informal, o trabalho por conta própria continua a ser alvo de notável atração.

Educação e trabalho: perspectivas teóricas

As implicações da alfabetização e do ensino fundamental para o trabalho, como nos referimos, são da maior importância. Por isso mesmo, esta pesquisa indagou sobre as percepções dos alunos a respeito do papel da educação para obter um trabalho e elevar a renda. Assim, ao contrário de outros trabalhos, que analisam as perspectivas teóricas a partir da realização educacional e ocupacional, a presente pesquisa enfocou as percepções dos respondentes, que constituem outro ângulo de análise, caracterizado por maior "subjetividade", mas, de qualquer forma, capaz de descerrar outros aspectos da realidade.

Tendo em vista que as aspirações educacionais e ocupacionais se referem ao processo de estratificação social, cabe-nos destacar o amplo arco teórico que enfoca as relações entre educação, estratificação social e renda. Embora seja notável a pluralidade de posições teóricas e seus matizes, podemos distinguir duas visões básicas neste arco : 1^a) a do funcionalismo em sociologia, que pode ser associada, em especial, à teoria do capital humano no campo da economia; 2^a) a chamada visão conflitista, que inclui toda a gama das teorias marxistas, neomarxistas e neoweberianas no âmbito sociológico, além, entre outras, da perspectiva da segmentação do mercado de trabalho em economia.

Para a primeira visão, concebida a estratificação social como um sistema de papéis, a educação e o treinamento são critérios com base nos quais

a sociedade recompensa aqueles que desempenham funções diferentes (Davis, Moore, 1945). A mudança tecnológica cada vez mais eleva as exigências de habilidades para o trabalho e, portanto, as exigências educacionais. Desse modo, tendo a escola como agência de seleção de pessoas talentosas, caminhamos para uma *sociedade meritocrática* (Clark, 1962; Kerr et al., 1960). Ademais, conforme a teoria do capital humano, a educação e o treinamento podem ser formas de investimento ao aumentar a produtividade. Assim, quanto mais altos os níveis de escolaridade e treinamento, mais alta a renda, de modo que a educação também age como um elevador social (Schultz, 1961).

Por um lado, a chamada perspectiva conflitista em grande parte encara a educação como perpetuadora das diferenças sociais. Um dos enfoques desta perspectiva, a teoria da correspondência, considera a classe social dos pais - ao invés das habilidades dos alunos - como condicionante da escolaridade. Chegando à escola, os estudantes se defrontam com um processo diferenciado de socialização que os prepara para diferentes ambientes de trabalho, transmitindo-lhes as habilidades e formando-lhes as atitudes requeridas pelos empregadores (Bowles, Gintis, 1976). Outros autores têm diferentes posições, embora mantenham em comum o papel-chave da escola na socialização dos trabalhadores. Entre eles se incluem Carnoy e Levin (1987), que consideram o sistema educacional uma arena onde se contradizem as dinâmicas democrática e reprodutora de classes.

Por outro lado, o papel da escola na formação dos trabalhadores seria bem menor que o suposto. O aumento da escolaridade ocorre como resultado de fatores não-econômicos e, em grande parte, é autoprovocado. Desta forma, a educação é uma credencial que permite a seleção de pessoal pelo grupo de *status* dominante, em função de características socioculturais (Collins, 1979). As organizações são destacadas como arenas de luta pela aquisição de bens, prestígio e poder, onde a educação constitui um elemento de seleção e controle.

Outras teorias também insistem na função "sinalizadora" da educação. Para Thurow (1978), por exemplo, ela é utilizada pelos empregadores como

indicador de treinabilidade, de tal modo que, na seleção de pessoal, eles ordenam os candidatos, como numa fila, do menor ao maior custo de treinamento. Considerando os limites e possibilidades desta pesquisa, distinguimos três alternativas básicas: a teoria do capital humano, a teoria da correspondência e as teorias da "sinalização", conforme resume o Quadro 1. **Quadro 1 - O papel da educação segundo as teorias selecionadas**

Teorias	O papel da educação para a obtenção de trabalho e renda
Teoria do capital humano	Prover conhecimentos e habilidades para realização do trabalho, isto é, desenvolver competências de modo a elevar a produtividade e a renda. Em sentido lato, inclui a escolaridade, a educação não-formal, a aprendizagem informal em serviço e o treinamento formal em serviço.
Teoria da correspondência	Moldar a personalidade, o comportamento e os hábitos dos trabalhadores conforme os diferentes nichos ocupacionais e as demandas dos empregadores.
Teorias da "sinalização"	Indicar a treinabilidade e/ou características socio-culturais desejáveis, associadas ao nível educacional alcançado.

Metodologia

A pesquisa foi realizada com uma amostra de 180 alunos, que representa 10% dos alunos do programa, matriculados em março de 1995. Foram sorteadas oito escolas, excluindo-se as contíguas. Em cada escola, 20 alunos foram selecionados também aleatoriamente para entrevista.

O instrumento de coleta de dados, devidamente pré-testado, foi aplicado por cinco orientadores educacionais e cinco auxiliares de coordenação do programa, em suas respectivas áreas geográficas de atuação. O grupo tinha escolaridade de nível superior e recebeu treinamento específico, inclusive com dramatizações. A coleta de dados ocorreu nos meses de maio e junho de 1995 e a categorização das respostas em junho e julho de 1995.

O instrumento de coleta de dados foi um formulário composto de 43 questões, aplicado em forma de entrevista, onde o aplicador lia as perguntas e marcava as respostas.

Resultados

Os respondentes se distribuíram quanto à idade em 23,02% dos 14 aos 18 anos, 27,01% dos 19 aos 24 anos, 25,04% dos 25 aos 34 anos e 24,03% dos 35 anos em diante. Quanto ao sexo, a maioria foi do sexo masculino (54%). Os homens se concentraram nas faixas etárias de 19 a 24 anos e de 25 a 34 anos, enquanto os pesquisados do sexo feminino alcançaram sua maior participação nas faixas de 25 a 34 anos e mais de 35 anos.

A quase totalidade dos alunos (94,01 %) residia em São Bernardo do Campo. No entanto, parte ponderável se mudara recentemente: 37% viviam na cidade há até quatro anos, 10,05% nela estavam de cinco a seis anos e 51,09% há sete anos ou mais. Coerente com a origem migratória, 23,04% já moravam no Estado de São Paulo; 11,07%, em outros estados da Região Sudeste; 56,09% na Região Nordeste e o restante nas demais regiões brasileiras. Confirmando a presença maciça de migrantes - e dentre esses numerosos são de origem rural - 29,08% dos alunos pesquisados residiam anteriormente em municípios de até 20 mil habitantes; 24,03%, em municípios de mais de 20 mil a 50 mil habitantes; 34,09% de mais de 50 mil a um milhão de habitantes e 11% de mais de um milhão de habitantes.

Os principais motivos da mudança para São Bernardo do Campo foram, pela ordem, buscar melhores condições de vida (30,09%), acompanhar a família (29,03%) e buscar trabalho (22,01 %). Para a maioria, portan-

to, a migração obedeceu à procura de mobilidade social e, para quase um terço, foi compulsória, pois seguiu o deslocamento da família.

A composição familiar também refletia os fluxos migratórios. Como resultado da urbanização, 32,6% dos alunos viviam com uma família conjugal nuclear; 23,02% residiam com os pais e outros parentes; 21 % moravam com outros parentes; 7,02%, com outras pessoas, 3,03% moravam sozinhos e 12,07%) se enquadravam em outros casos. As dificuldades de viver numa área metropolitana, entre elas o custo da habitação, aliadas às raízes no campo e em pequenas cidades, tornavam a família conjugal circunscrita à grande unidade de apoio e solidariedade. Assim, poucos moravam sós ou com pessoas que não eram da família, e os mais variados arranjos eram realizados, envolvendo diversas categorias de parentes e várias gerações.

As condições de vida do alunado eram contrastantes. Cerca de 5,3 pessoas moravam em casas com uma média de 4,5 cômodos (o desvio padrão, ou seja, a variação em torno da média, era respectivamente, de 4,2 pessoas e 3,6 cômodos). Os dados sobre o domicílio mostram que o nível de vida era certamente muito mais alto que o dos migrantes em sua região de origem. Assim, 61,03% tinham rua pavimentada em frente à sua casa, 95,06% contavam com água encanada, 97,08%) possuíam fornecimento de energia elétrica, 91,07% dispunham de esgoto sanitário e 97,02% tinham piso de madeira, cerâmica ou cimento em suas casas. Quanto às facilidades, 97,02% possuíam, pelo menos, um rádio em seu domicílio; 90,01 %, no mínimo, uma televisão; 93,04%, geladeira; 57,05%, máquina de lavar roupas e 73,05%, pelo menos, um automóvel. Entretanto, 21,05% não tinham sequer um filtro de água e 82,03% não possuíam telefone.

Por sua vez, as origens sociais apresentaram-se heterogêneas. A escolaridade da geração anterior era muito baixa, observando-se mais uma vez a tendência de as mulheres terem perfil um pouco mais elevado que o dos homens: 38,01% dos pais e 42% das mães não tinham estudos, 22,01% dos pais e 28,02% das mães completaram até quatro anos de escolaridade e 6,01 % dos pais e 8,09% das mães alcançaram mais de quatro anos. Todavia, grande parte dos respondentes declarou não saber o nível de escolaridade

dos pais (33,07% para os pais e 21% para as mães), o que, entre outras possibilidades, pode indicar a ocultação de um dado constrangedor ou o crescimento em famílias parciais pobres, em que o pai não estava presente, possivelmente em virtude das migrações. De qualquer forma, deparamo-nos com o círculo vicioso da falta de acesso à escola ou da subeducação.

Se, porém, o nível de escolaridade dos pais era baixo, a grande maioria não descurou de matricular seus filhos na escola, demonstrando valorizá-la e 87,8% dos alfabetizados tiveram acesso, mas não sucesso na escola. Com efeito, apesar da origem rural de parte ponderável da amostra, 19,05% passaram menos de um ano na escola, 42,05% passaram de um a três anos e 37,07% mais de três anos. O grupo que permaneceu até dois anos concentrou-se exatamente nos municípios com até 20 mil habitantes, onde tende a ser mais escasso o acesso à escola e mais alto o custo de oportunidade, em face das necessidades de trabalhar. Apesar disso, não conseguiram alfabetizar-se, reiterando as pesquisas que constatarem ser amplo o acesso à escola e relativamente longa a passagem das crianças.

Indagados sobre o motivo de não conseguirem alfabetizar-se, os alunos apontaram, pela ordem, a necessidade de trabalhar (42,07%), a distância em relação à escola (9,01%), problemas de saúde (4,09%), a qualidade dos professores e a falta de dinheiro (ambos os motivos com 3,6%). A ampla predominância dos fatores exógenos à escola sugere a autoconversão da vítima em réu (cf. Mello, 1982). Considerando a sua "incapacidade", atestada por uma ou mais reprovações, o aluno pode ter no trabalho uma saída honrosa. Em pesquisa efetuada na região metropolitana de São Paulo, Gouveia (1983) constatou que o adolescente não demonstrava amargura ou revolta pelo fato de precisar trabalhar. Ao contrário, alcançava novo *status* na família, transfigurando a necessidade em virtude.

Em correspondência ao nível de escolaridade já apontado, a última ocupação do pai foi em geral de nível modesto. Utilizando a escala de Nelson do Valle Silva, com agrupamento de Pastore (1979), 50,03% dos pais se classificaram no estrato baixo inferior, 13,08% no baixo superior, 20,04% no estrato médio inferior e 8,03% em ocupações não-manuais. As mães, por sua vez,

assim se distribuíram: 43,06% em prendas domésticas, isto é, fora da população economicamente ativa, 12,07% no estrato baixo inferior, 33,07% no estrato baixo superior, 1,01 % no estrato médio inferior e 3,04% em ocupações não-manuais. Os dados indicam acentuada mobilidade intergeracional, ocorrida mais freqüentemente em décadas de desaceleração do crescimento econômico do País, que pode ser amplamente atribuída às migrações internas.

Além disso, temos também não desprezível, mas localizada, a mobilidade intrageracional, que, em parte, também pode ser atribuída às migrações. Conforme as tendências apontadas pela literatura (cf. Gomes, 1990, p. 19 e seg.), o primeiro trabalho remunerado situou-se, para 16,6% dos respondentes, no estrato baixo inferior; para 61,9% no estrato baixo superior e para 11,6% no médio inferior. Como o nível baixo inferior é quase todo formado de ocupações rurais, temos o efeito das migrações com o seu esvaziamento no perfil ocupacional atual (2,8% no estrato médio médio; 18,8% no médio inferior; 50,7% no baixo superior e 1,7% no baixo inferior). Salvo esse grande deslocamento, a mobilidade ocupacional ascendente foi reduzida para os demais estratos, o que pode resultar do limite imposto pela escassa ou nula escolaridade numa área urbano-industrial. Em termos gerais, os dados correspondem às tendências da mobilidade inter e intrageracional no Brasil até o início dos anos 70: ela foi intensa, especialmente na base da pirâmide, graças sobretudo às migrações rurais-urbanas (cf. Pastore, 1979). Desta forma, em que pese a queda do dinamismo econômico a partir do fim dos anos 70, a mobilidade continuou ativa pelo menos para este estrato, com as migrações exercendo o mesmo papel de antes.

Como é usual nas áreas de baixa renda e notadamente no campo, 49,7 por cento dos alunos começaram a trabalhar antes dos 14 anos (22,1 % até os 9 anos), 24,9% iniciaram o seu labor dos 14 aos 17 anos e 17,1 % com 18 anos ou mais. Refletindo as suas origens de migrantes e sua participação nas camadas de baixa renda, tais dados coincidem com os de outras pesquisas, inclusive na área metropolitana de São Paulo (cf., por exemplo, Gomes, 1983; Gouveia, 1983).

Dadas as condições de educação e trabalho, os informantes aprenderam o seu primeiro trabalho informalmente, em serviço, com um chefe ou colegas (44,8%), com pessoa da família (37 %) ou sozinhos (17,6%). Quando o primeiro trabalho era de nível baixo inferior (geralmente rural), o apren-

dizado se deu mais frequentemente com pessoa da família. Nos outros casos, chefes ou colegas ensinaram a ocupação. No que tange ao trabalho atual, apesar da mobilidade ascendente já referida, o aprendizado não mudou muito: 52,9% com chefe ou colega, 24,3% sozinho, 21,3% com pessoa da família e apenas 1,5% em curso. Ambas as distribuições, em parte, diferem de uma amostra nacional de operários industriais, mais seletiva e com menor proporção de migrantes de origem rural [78,6% aprenderam com chefe ou colega, 5,7% em curso especializado e 4,3% por outros meios (Gomes, 1986)], pois destaca a alta relevância da família na inserção do jovem no trabalho (cf. Gomes, 1989,1990).

Dos respondentes que então trabalhavam, 86,7% eram empregados, 8,1 % trabalhavam por conta própria, 3% eram patrões ou donos de negócios e 2,2% se classificavam em outras situações. Quanto à remuneração mensal, 10,4% percebiam até um salário-mínimo; 29,6% de mais de um até dois salários-mínimos; 22,2% de mais de dois até três salários-mínimos; 20,7% de mais de três até cinco salários-mínimos e 17,7% mais de cinco salários-mínimos. O Censo de 1991 permite um cotejo aproximado destes dados com o rendimento médio mensal dos chefes de domicílio: em São Bernardo do Campo, a distribuição pelas faixas acima era, respectivamente, de 5,8%; 14,2%; 13,4%; 19,3% e 47,3%, indicando que os respondentes se concentravam nos estratos mais baixos, embora, apesar das suas modestas qualificações, tenham chegado a uma representação significativa mesmo acima de três salários-mínimos.

Os pesquisados em geral não estavam há muito tempo no trabalho então declarado: 33,3% há menos de um ano; 29,7% de um a dois anos; 15,9% de três a quatro anos e 21 % há mais de quatro anos. Até então, 21,2% dos pesquisados haviam estado num emprego ou trabalho, 23% em dois, 20% em três e 35,8% em quatro ou mais. Independente da presença dos jovens, a mobilidade relativamente elevada parece constante na trajetória ocupacional das pessoas de baixa renda, em busca de qualificação e mais alto salário (cf. Ferretti, 1988). Apesar desta mobilidade, 71,2% dos pesquisados se declararam satisfeitos com o seu trabalho. Os demais indicaram a baixa remuneração (56,1 %) e não gostar do trabalho que faziam (17,1 %) como os principais motivos de insatisfação.

Aspirações e planos: a percepção das condições de realidade

Em coerência com a insatisfação em face dos seus ganhos, 83,7% dos alunos tinham planos para aumentar a sua remuneração. Para isso, 48,6% pretendiam continuar seus estudos na escola; 16,2% tencionavam fazer um curso profissionalizante; 13,3% almejavam trabalhar por conta própria; 7,6%), abrir negócio particular e outros 7,6%, conseguir um emprego melhor. As respostas a outro quesito reiteram a valorização do trabalho por conta própria: 64,6 % preferiam trabalhar por conta própria; 23,8%, ser empregados de firmas e apenas 5,5%, funcionários públicos. Melhor remuneração e maior risco, ao lado da retração do setor formal, pareciam ser preferidos em detrimento de empregos e de cargos públicos. Ou o setor formal parecia aos pesquisados além do seu alcance, com a escolaridade de que dispunham.

Esses dados sugerem que a maioria dos respondentes tinha como mais alta prioridade a educação geral, da qual efetivamente careciam. Seguia-se, nos planos, o ensino profissionalizante. Como nas constatações de Weber (1976), a escolarização provavelmente era vista como meio de melhorar ou de desenvolver a situação social. Conquanto essa pesquisa tenha sido efetuada no Recife, a valorização da escolaridade lembra o retrato traçado por Mills (1973), em que a educação era vista como um elevador no âmbito da estratificação burocrática, substituindo a iniciativa dos pequenos empreendedores. É irônico que hoje, na esteira do processo de globalização, verificasse o declínio do emprego, tanto em economias desenvolvidas quanto em desenvolvimento (cf., por exemplo, Rifkin, 1997). Deste modo, não é de se surpreender que, ante o crescimento do desemprego e as exigências cada vez maiores do mercado de trabalho, um contingente significativo dos pesquisados buscasse trabalhar por conta própria ou abrindo negócio particular.

Passando às aspirações ocupacionais, verificamos, pela Tabela 1, que elas se situaram bem acima do nível ocupacional atual. As respostas à pergunta "O que você gostaria de ser (ou ter sido) profissionalmente?" ou "cenário otimista" favoreceram, sobretudo, as ocupações não-manuais, fato compre-

ensível numa sociedade de passado escravocrata. As ocupações mais escolhidas foram as de advogado, professor, médico, mecânico, caminhoneiro, operador de máquinas e jogador de futebol. A escolha das ocupações manuais de mecânico e caminhoneiro pode estar relacionada ao trabalho por conta própria, enquanto o magistério, degradado pela crise do Estado e pela massificação das matrículas nos últimos decênios, pode ter-se transformado num alvo viável de médio prazo, a fim de transitar para uma ocupação não-manual, embora de baixo prestígio e mal remunerada. Desta forma, o prestígio social - e talvez modesta parcela de poder - parecem destacar-se como atrativos na multidimensionalidade da estratificação social, apesar da modesta renda (cf. Weber, 1968, p. 302 e seg.).

Tabela 1 - Distribuição dos respondentes quanto ao seu nível ocupacional atual e quanto às suas aspirações ocupacionais "otimistas" e "realistas" (em %)

Níveis ocupacionais	Ocupação atual	Aspirações	
		"Otimistas"	"Realistas"
Alto	-	26,0	9,9
Médio superior	-	1,1	1,1
Médio médio	2,08	33,0	33,7
Médio inferior	18,08	22,7	18,8
Baixo superior	50,07	3,9	12,7
Baixo inferior	1,07	1,1	1,1
Prendas domésticas	3,03	-	-
Sem resposta	22,07	12,2	22,7
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Pesquisa de campo.

Já a pergunta "Na realidade, que profissão você acha que vai seguir na vida?" (ou "cenário realista") levou a uma sensível ausência de respostas (12,1%). Dos que se manifestaram, houve grande redução dos que optaram por uma ocupação de níveis alto e médio inferior, crescendo a participação das ocupações de níveis médio médio e baixo superior. O total das escolhas de ocupações não-manuais fez 57,9%, pouco menos que as respostas à pergunta anterior. Dessa vez as ocupações mais freqüentes foram as de professor, mecânico, vendedor ambulante, comerciante e doméstica. Mais uma vez aparece o magistério como ponte para outro estrato ocupacional, bem como a atração pelo trabalho por conta própria. Desta forma, não verificamos nem um baixo nível de aspirações (como constatou a pesquisa anterior entre pessoas de ocupações manuais), nem um nível tão alto que não estivesse lastreado pelas "condições de realidade" (como revelaram as pesquisas com estudantes de nível médio). As respostas aos dois quesitos citados, além de estarem associadas entre si, apresentaram tendência de associação com a ocupação atual dos pesquisados. Da mesma forma, verificamos tendência à associação entre as respostas às duas perguntas citadas com o nível ocupacional do pai. As aspirações, no caso da ocupação que, "na realidade", os entrevistados achavam que iriam seguir, chegaram até a ser predominantemente de mobilidade descendente, quando os pais se enquadravam no nível médio médio, ou de estabilidade, quando os pais eram de nível médio inferior. Em face das difíceis condições econômicas e sociais brasileiras das últimas décadas, não se pode dizer que faltou "lastro de realidade".

Por outro lado, o número de habitantes dos municípios em que os pesquisados viveram antes de mudar-se para São Bernardo do Campo teve impacto leve, mas não desprezível, sobre as aspirações ocupacionais. No caso do "cenário otimista", as aspirações tenderam a ser mais baixas para os que haviam vivido em municípios de até 20 mil habitantes, ao contrário dos demais. Já no "cenário realista" não detectamos diferença relevante. Por outro lado, os alunos que viveram a maior parte da sua vida na Região Nordeste apresentaram aspirações, no "cenário realista", um pouco mais altas que os demais. Quanto ao sexo, as aspirações "otimistas" das mulheres foram mais

altas que as dos homens, enquanto as aspirações "realistas" se apresentaram mais baixas que as dos homens. Portanto, não faltou, também sob este ângulo, percepção das "condições de realidade" (Tabela 2).

Em face das aspirações ocupacionais, como se situavam os planos dos alunos para o futuro? A maior parte deles pretendia continuar os estudos na escola (50% a 48%), porém, quanto mais altas as aspirações, mais tendiam a crescer as respostas relativas à continuidade da educação geral. Em seguida, vinham os planos de fazer um curso profissionalizante (14,3% a 27,3%), com maior incidência nas aspirações a ocupações de níveis baixo superior e médio médio.

Percepções sobre educação e trabalho

Uma parte do instrumento de coleta de dados procurou captar as percepções dos pesquisados sobre a educação e o trabalho, como foi observado na secção sobre perspectivas teóricas. Para isso, foram apresentados pares de respostas sobre as características que eram mais importantes para conseguir um trabalho e ganhar mais. Com isso, procuramos fazer face às dificuldades de discriminação dos respondentes, evitando gradações de concordância/discordância com proposições, que se revelaram pouco adequadas no pré-teste. Reiteramos que não houve o intento de testar as perspectivas teóricas antes apresentadas, mas de captar opiniões baseadas em experiências com determinada faixa do mercado de trabalho. Uma limitação dos resultados é que as percepções dos respondentes não só refletem as experiências de vida, mas também os óculos coloridos da ideologia, por meio dos quais os diferentes aspectos da realidade são filtrados, selecionados e interpretados. A interposição de lentes entre os observadores e o real pode ser relativamente mais "controlada", quando a pesquisa enfoca as relações entre educação, trabalho e renda, mas nem por isso é evitável.

Para tornar mais evidentes as relações entre as questões do instrumento e as perspectivas teóricas antes apresentadas, o Quadro 2 deixa claro que não há necessariamente mútua exclusividade das alternativas oferecidas aos respondentes em relação às teorias, mas, com frequência, intersecção

delas. Por isso, os resultados e as interpretações são apenas sugestivos, embora descerem um ângulo diferente da questão.

Quanto à obtenção do trabalho, a Tabela 2 mostra que, para a maioria dos respondentes, a educação geral era mais relevante que os cursos profissionalizantes, o diploma mais que o que se estuda na escola, saber o trabalho mais que a boa aparência e mostrar que já sabe o trabalho mais que mostrar que o aprende facilmente. As opiniões ficaram divididas quanto ao valor dos cursos profissionalizantes *vis-à-vis* da prática do trabalho.

Em três das cinco questões, a maioria dos respondentes se inclinou a favor de características relativas aos conhecimentos e habilidades específicos para o trabalho. A "boa aparência", por exemplo, foi muito cotada pelos alunos, todavia, a valorização do diploma (acima do que se estudou na escola) é percepção indisputável do credencialismo da nossa sociedade. A valorização da educação diante dos cursos profissionalizantes é coerente com os planos educacionais dos pesquisados e a sua principal carência de preparação. Embora a educação

Tabela 2 - Distribuição dos respondentes quanto às características mais importantes para se obter um trabalho*

Características	(%)
1. O que se estuda na escola	58,00
O que se aprende nos cursos profissionalizantes.....	8,01
2. O diploma da escola.....	64,06
O que se estudou na escola.....	32,06
3. Um curso profissionalizante.....	46,04
A prática do trabalho.....	49,07
4. Saber o trabalho.....	75,01
Ter boa aparência.....	21,00
5. Mostrar que aprende fácil o trabalho.....	42,00
Mostrar que já sabe o trabalho.....	55,08

Fonte: Pesquisa de campo.

* Os percentuais de quesitos sem resposta não foram incluídos.

geral possa ser vista pelos empregadores como sinal de treinabilidade ou de características pessoais desejáveis, a menor ênfase atribuída aos cursos profissionalizantes em face da prática profissional parece voltar-se para a sua compreensão como competência. Deste modo, em geral, as percepções favorecem os conhecimentos e habilidades, exceto no que tange ao diploma

Quadro 2 - Significado das alternativas e teorias correspondentes

Alternativas	Significados	Teorias
Estudo na escola	Base de educação geral, com conhecimentos e habilidades para realizar o trabalho	Capital humano
	Indicador de características pessoais obtidas pelo processo de socialização	Correspondência
	Sinal de treinabilidade	"Sinalização"
Cursos profissionalizantes	Conhecimento e habilidades para realizar o trabalho	Capital humano
	Indicador de características pessoais obtidas pelo processo de socialização	Correspondência
	Sinal de treinabilidade	"Sinalização"
Diploma	Indicador de características pessoais obtidas pelo processo de socialização	Correspondência
	Credencial, sinal de treinabilidade	"Sinalização"
Conhecimento do trabalho	Conhecimentos e habilidades pertinentes	Capital humano
Prática do trabalho	Conhecimentos e habilidades pertinentes (medida de investimento pós-escolar)	Capital humano
Saber o trabalho	Conhecimentos e habilidades pertinentes	Capital humano
Boa aparência	Indicador de características pessoais obtidas pelo processo de socialização	Correspondência

(continua)

(continuação)

Alternativas	Significados	Teorias
Boa aparência	Indicador de características socioculturais e de treinabilidade	"Sinalização"
Facilidade de aprender o trabalho	Sinal de treinabilidade	"Sinalização"
Capacidade para o trabalho	Conhecimentos e habilidades pertinentes	Capital humano
Obediência	Característica pessoal obtida pelo processo de socialização	Correspondência
	Indicador de características socioculturais e de treinabilidade	"Sinalização"

Cruzando as respostas com o nível ocupacional dos alunos, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas medidas de associação pertinentes, exceto uma leve tendência de os respondentes de médio nível ocupacional optarem mais pela importância de "mostrar que já sabem o trabalho", ao passo que os de baixo nível ocupacional e sem trabalho (aqueles que tinham ocupações menos ou não qualificadas) escolheram em maioria "mostrar que aprendem fácil o trabalho", sugerindo um possível viés. Também não se acharam diferenças estatisticamente significativas no cruzamento pelo sexo dos informantes. Quanto à situação de trabalho (estar trabalhando ou não no momento da coleta de dados), não foram encontradas diferenças relevantes, exceto no que tange a mostrar que aprende fácil o trabalho ou mostrar que já sabe o trabalho. Os que trabalhavam optaram na maioria pela última alternativa (61,7%), enquanto os que não trabalhavam escolheram predominantemente a primeira (56,3%), sugerindo novamente um viés em vista da sua própria situação.

Outro conjunto de quesitos ofereceu pares de alternativas em relação aos atributos favoráveis à obtenção de maior renda. A maioria dos entrevista-

dos optou pelos diplomas, em vez do conhecimento (coerentemente com a resposta anterior); pelo conhecimento adquirido em cursos profissionalizantes, ao invés do estudo na escola (ao contrário das respostas dadas quanto à obtenção de trabalho); pelos cursos profissionalizantes, em lugar da prática profissional (tópico sobre o qual as opiniões estavam divididas no que concerne à obtenção de trabalho); pela capacidade, em vez da aparência (reiterando opções por quesito anterior) e por saber o trabalho mais que pela capacidade de aprendê-lo (também coerente com escolhas anteriores). As opiniões se dividiram quanto à relevância dos estudos na escola e da prática de trabalho, de um lado, e, de outro, no que se refere à importância do conhecimento do trabalho e da obediência, com pequena vantagem para a última, atributo certamente ponderável sobre os níveis ocupacionais da maior parte dos alunos (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição dos respondentes quanto às características mais importantes para obter maior renda*

Características	%
1. Ter diplomas.....	51,9
Ter conhecimentos	46,4
2. Estudar na escola	37,0
Fazer cursos profissionalizantes	54,7
3. Estudar na escola	47,0
Aprender na prática do trabalho	46,4
4. Fazer cursos profissionalizantes	55,2
Aprender na prática do trabalho	40,9
5. Ter mais capacidade.....	85,0
Ter melhor aparência	13,3
6. Saber o trabalho	68,5
Ter facilidade de aprender	28,2
7. Saber o trabalho	45,9
Ser obediente.....	50,8

Fonte: Pesquisa de campo.

* Os percentuais de quesito sem resposta foram excluídos.

Uma visão geral das respostas indica novamente que os respondentes perceberam, em sua experiência, que cursos profissionalizantes, capacidade e conhecimento do trabalho têm maior valor para obter renda mais elevada. Estas alternativas expressam conhecimentos e habilidades para executar o trabalho, segundo a perspectiva da teoria do capital humano. No entanto, as opiniões divididas quanto à escola e à prática do trabalho poderiam significar uma percepção de que a escola sinaliza características desejáveis, não necessariamente ligadas ao mérito profissional. A valorização da obediência indica uma característica pessoal desejada pelos empregadores, considerada por pouco mais da metade dos informantes como mais importante que o conhecimento profissional. Já os diplomas tiveram novamente preferência. De modo geral e com tais exceções, portanto, as respostas a esses quesitos se voltaram mais para a teoria do capital humano que para outras linhas teóricas.

O cruzamento das respostas com a condição de trabalho (trabalhando ou não) não revelou diferenças ponderáveis. O mesmo ocorreu quanto ao nível ocupacional, exceto em dois casos onde notamos discreta tendência de: 1) os alunos que não estavam trabalhando e os de nível ocupacional baixo superior terem enfatizado mais a prática do trabalho que o conhecimento escolar; 2) os alunos de mais baixo nível ocupacional terem valorizado também mais a prática de trabalho que os cursos profissionalizantes.

Como já nos referimos, as percepções manifestas pelos pesquisados se fundamentaram na vertente objetiva das experiências de sua vida e dos seus conhecidos, mas, inegavelmente, as mesmas passaram pela subjetividade das lentes por meio dos quais captam a realidade. Cabe, então, para melhor compreender estas percepções, compará-las com os planos dos alunos. A valorização da escolaridade foi confirmada por 95,6% dos alunos, que declararam pretender continuar seus estudos depois da alfabetização. Desses últimos, 38,3% esperavam terminar o ensino fundamental; 25,5%, o ensino médio e 29,3%, chegar à educação superior. Dos que tinham planos para ganhar mais no trabalho, 48,6% pretendiam continuar seus estudos na escola; 16,2% aspiravam fazer um curso profissionalizante e 13,3%, trabalhar por conta própria. Assim, confirma-se a importância concedida pelas opiniões acerca do valor da educa-

ção geral e dos cursos profissionalizantes, embora, no que tange aos planos para ganhar mais, o negócio próprio fosse alvo de ascensão social. Em princípio, parece que se colocavam duas possibilidades: 1) educar-se para obter melhores posições no âmbito de empresas; 2) montar negócio próprio para libertar-se das dificuldades de emprego e salário. Mas, mesmo assim, o trabalho por conta própria não excluía a continuidade da escolarização, pelo menos no sentido de completar todo o ensino fundamental. Esses dados significam, pois, que houve coerência significativa entre opiniões e planos.

Conclusões

O grupo pesquisado, portanto, era composto em sua maior parte por jovens adultos, do sexo masculino, emigrantes da área rural ou de pequenas cidades para a Grande São Paulo. Eles buscavam melhorar o seu nível de vida e elevar o seu *status* socioeconômico, já havendo alcançado parte do seu intento. Para avançar mais, contavam com novas oportunidades educacionais, como o programa que freqüentavam, muito úteis para aqueles que, em maioria, haviam ido à escola, sem, todavia, lograr a aprendizagem. Em todo esse processo, a família, não a família conjugal nuclear, típica da sociedade urbano-industrial, mas a extensa, de origem rural, desempenhava um papel muito significativo de apoio aos seus membros.

As aspirações ocupacionais eram mais altas que o seu *status* de então, conquanto se caracterizassem pelo realismo em face das suas perspectivas. As aspirações educacionais também eram de superar as suas limitações, completando, de preferência, o ensino fundamental. Para isso buscaram o programa então oferecido. A educação geral aparece como uma plataforma de grande relevância, cuja falta é percebida para avançar na trajetória ocupacional, se possível construindo uma carreira, não precisamente no âmbito de uma empresa ou do serviço público, mas, na maioria, no trabalho por conta própria. Sem dúvida, a educação era encarada como um canal de mobilidade social ascendente.

As percepções dos respondentes sobre o papel da educação para obter trabalho e melhorar a renda em geral correspondiam à versão moderada da teoria do capital humano. Parte ponderável das percepções, contudo, apontava para a importância do diploma e outros aspectos privilegiados pelas teorias da "sinalização" e da correspondência.

Sobre esse tema é interessante lembrar que, no Brasil e em países ocidentais em geral, as pesquisas que utilizam metodologias clássicas apontam que a educação geral obtida na escola tem grande impacto na obtenção do trabalho, no *status* ocupacional e na renda, quer diretamente, quer como intermediária do *status* paterno (no caso do nosso País, por exemplo, Iutaka, Bock, 1973; Lehmann, Verhine, 1986; Pastore, 1979; Verhine, 1993). De modo geral, a escolaridade é o mais forte preditor, assumindo o significado de conhecimentos e habilidades que servem de base para os cursos profissionalizantes e a experiência do trabalho. A versão "forte" das teorias técnico-funcionais da educação e do capital humano recebe respaldo muito modesto, porém o contrário ocorre com a versão "branda", que encara a escolaridade como treinamento. Da mesma forma, pesquisas com empresas urbanas no Brasil constataram a ênfase à capacidade de os empregados aprenderem o serviço (por exemplo, Câmara, 1975 ; Guidi, Duarte, 1976), o mesmo ocorrendo em países desenvolvidos (por exemplo, Noah, Eckstein, 1988; Oxenham, 1988).

Por outro lado, pesquisas baseadas na perspectiva conflitista também destacaram, sob outros ângulos, a importância da educação geral, inclusive como meio de resistência às estratégias de desqualificação da escola, empresa e sociedade (por exemplo, Salm, 1980; Frigotto, 1984; Kuenzer, 1985). Ao contrário, pois, do que denunciava o reprodutivismo, a escolaridade, em vez de se sujeitar inteiramente ao capital, apresenta um espaço significativo para tal resistência e para a formação da cidadania.

Assim, segundo visões diversas e com marcantes diferenças de perspectiva, as pesquisas apontam para a relevância da educação geral. Não por acaso, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional organizou os níveis e modalidades de ensino como uma árvore, cujo tronco, na educação

básica, é a educação geral. A partir deste tronco, é possível aos estudantes explorar os ramos, como a educação profissional, quer enquanto permanecerem ao mesmo tempo no tronco, quer deixando-o temporariamente, para regressar a ele mais tarde.

Referências bibliográficas

- BOWLES, Samuel, GINTIS, Herbert. *Schooling in capitalist America : educational reform and the contradictions of economic life*. New York : Basic, 1976.
- CÂMARA, Jacira da Silva. *Analysis of skill needs for secondary schools in Recife, Brazil, utilizing Delphi technique with concomitant curriculum recommendations*. [S/l.] : George Peabody College for Teachers, 1975. Tese (Doutorado).
- CAMARGO, Sônia de. *Aspirações profissionais dos estudantes de nível médio da Guanabara*. Rio de Janeiro : Dados, 1970.
- CARNOY, Martin, LEVIN, Henry M. *Escola e trabalho no Estado capitalista*. São Paulo : Cortez, 1987.
- CLARK, Burton R. *Educating the expert society*. San Francisco : Chandler, 1962.
- COLLINS, Randall. *The credential society : historical sociology of education and stratification*. New York : Academic, 1979.
- DAVIS, Kingsley, MOORE, Wilbert E. Some principles of stratification. *American Sociological Review*, Chicago, v. 10, n. 2, p. 242-249, 1945.
- DIAS, José Augusto et al. *Ensino médio e estrutura socioeconômica (Estado de São Paulo)*. Rio de Janeiro : MEC/Inep, 1967.

- FERRETTI, Celso João. *Opção trabalho* : trajetórias ocupacionais de trabalhadores das classes subalternas. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1988.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1984.
- GOMES, Candido Alberto. Escolaridade e treinamento do operário industrial no Brasil. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 1496-1505, set. 1986.
- _____ O ingresso da população brasileira na força de trabalho do Brasil. *Boletim Técnico do SENAC*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 149-165, set/dez. 1983.
- _____ *O jovem e o desafio do trabalho*. São Paulo : EPU, 1990.
- Trajetória educacional e ocupacional de jovens empregados no Brasil. *La Educación : Revista Interamericana de Desarrollo Educativo*, Washington, DC, v. 23, n. 105, p. 103-128, 1989.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. O trabalho do menor : necessidade transfigurada em virtude. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 44, p. 55-62, fev. 1983.
- GOUVEIA, Aparecida Joly, HAVIGHURST, Robert J. *Ensino médio e desenvolvimento*. São Paulo : Melhoramentos, USP, 1969.
- GUIDI, Maria Lais M., DUARTE, Sérgio Guerra. *Escolaridade e mão-de-obra industrial e comercial no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : MEC/Inep, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1976.
- HALLAK, Jacques, CAILLODS, Françoise. *Education, formation et secteur traditionnel*. Paris : Unesco, 1981.

- HURN, Christopher J. *The limits and possibilities of schooling*. Boston : Allyn & Bacon, 1977.
- IMES. *Pesquisa socioeconômica*. São Bernardo do Campo, 1993. xerox.
- IUTAKA, Sugiyama, BOCK, E. Wilbur. Determinants of occupational status in Brazil. In: MÜLLER, Walter, MAYER, Karl Ulrich (Org.). *Social stratification and career mobility*. Paris : Mouton, The Hague, 1973. p. 313-322.
- KERR, Clark et al. *Industrialism and industrial man : the problems of labor and management in economic growth*. New York : Oxford University Press, 1960.
- KUENZER, Acácia Z. *A pedagogia da fábrica*. São Paulo : Cortez, 1985.
- LEHMANN, Rainer H., VERHINE, Robert E. Educação e obtenção de empregos industriais no Brasil : para um modelo causal aprimorado. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 621-646, dez. 1986.
- MELLO, Guiomar Namó de. *Magistério de 1º Grau : da competência técnica ao compromisso político*. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1982.
- MILLS, C. Wright. Educação e classe social. In: PEREIRA, Luiz, FORACCHI, Marialice M. (Org.). *Educação e sociedade*. São Paulo : Nacional, 1973. p. 268-286.
- NO AH, Harold J., ECKSTEIN, Max A. Business and industry involvement with education in Britain, France and Germany. In: LAUGLO, Jon, LILLIS, Kevin (Org.). *Vocationalizing education : an international perspective*. Oxford : Pergamon, 1988. p. 45-68.

- OXENHAM, John. What do employers want from education? In: LAUGLO, Jon, LILLIS, Kevin (Org.). *Vocationalizing education : an international perspective*. Oxford : Pergamon, 1988. p. 69-80.
- PASTORE, José. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo : T.A. Queiroz, USP, 1979.
- RIFKIN, Jeremy. *El fin del trabajo*. Barcelona : Paidós, 1997.
- SALM, Cláudio D. *Escola e trabalho*. São Paulo : Brasiliense, 1980.
- SCHULTZ, Theodore W. Investment in human capital. *American Economic Review*, Chicago, n. 51, p. 1-17, mar. 1961.
- THUROW, Lester C. Education and economic equality. In: KARABEL, Jerome, HALSEY, A. H. (Org.). *Power and ideology in education*. New York : Oxford University Press, 1978. p. 325-335.
- TURNER, Ralph H. Sponsored and contest mobility and the school system. *American Sociological Review*, Chicago, v. 25, n. 6, p. 855-867, dez. 1960.
- VERHPNE, Robert E. *Educational alternatives and the determination of earnings in Brazilian industry*. Francoforte : Peter Lang, 1993.
- WEBER, Max. *Economy and society : an outline of interpretive sociology*. New York : Bedminster, 1968.
- WEBER, Silke. *Aspirações à educação : o condicionamento do modelo dominante*. Petrópolis : Vozes, 1976.

Recebido em 2 de dezembro de 1997.

Candido Alberto Gomes é professor titular da Universidade Católica de Brasília (UCB) e consultor legislativo do Senado Federal.

Márcia Paoliello de Andrade é especialista em Psicologia Social e do Trabalho.

This report analyses social and educational characteristics, aspirations, plans and perceptions on education, work and income attainment of a group of literacy training adult students who lived in São Bernardo do Campo, one of the cities located in São Paulo metropolitan area. Results of a 10% sample of these students reveal that they were predominantly young adults, interested in better jobs and higher earnings. Most of them had migrated with their families from relatively less developed regions of Brazil, in particular from rural area and small cities. Such migrations had been effective in reaching social mobility and improving life standards. However, respondents were interested in attaining more schooling and higher earnings. In consequence, their occupational aspirations were higher than their current occupational status, although they were relatively realistic in terms of their perspective, on the contrary to the part of the literature reviewed. Their perceptions concerning the role of education for obtaining a job, as well as to improve their income, in general corresponded to the moderate version of the human capital theory. Nevertheless, one of their replies, such as those related to the importance of certificates and diplomas, are evidence which support the signaling and the correspondence theories.

Cette recherche analyse les caractéristiques sociales et éducationnelles d'un groupe d'étudiants adultes inscrits à un programme d'alphabétisation à São Bernardo do Campo, une des villes de la région métropolitaine de São Paulo, ainsi que leurs aspirations, leurs plans et leurs perceptions sur l'éducation, le travail et les revenus. Une enquête menée sur 10% des étudiants indique que l'échantillon était composé principalement d'adultes jeunes intéressés à des postes de travail de plus haut rang. Leurs aspirations de travail ont été plus élevées que la position qu'ils occupaient au moment de l'enquête, bien que relativement réalistes face à leurs perspectives de vie, contrairement à ce que l'ont retrouvé chez une partie de la littérature spécialisée. Leurs perceptions sur le rôle

de l'éducation pour obtenir un travail et pour améliorer leurs revenus ont en général répondu à la version modérée de la théorie du capital humain. Cependant, une partie de leurs réponses, comme celles sur la valeur des certificats et les diplômes, sont plus proches des théories de la "signalisation" et de la correspondance.

Este reporte analiza las características sociales y educacionales, así como las percepciones de un grupo de estudiantes de alfabetización de São Bernardo do Campo (una de las ciudades del área metropolitana de São Paulo) sobre la educación, el trabajo y la renta. Los datos de una muestra de 10% de los estudiantes indican que la mayoría de los encuestados era de adultos jóvenes, interesados en obtener mejores trabajos y ganancias. Muchos de ellos habían migrado con sus familias desde regiones relativamente menos desarrolladas de Brasil, particularmente desde el área rural y pequeñas ciudades. Tales migraciones habían sido efectivas en el sentido de proporcionar movilidad social y mejorar las condiciones de vida. Consecuentemente, sus aspiraciones ocupacionales eran más altas que su status en la época de la recoleta de datos, aunque fuesen relativamente realistas en vista de su perspectiva, diferentemente de parte de la literatura reseñada. Sus percepciones acerca del rol de la educación para obtener trabajo y mejorar la remuneración en general corresponden a la versión moderada de la teoría del capital humano. Sin embargo, una parte de sus respuestas, como las referentes a la valorización de los certificados y diplomas, se encuadran en las teorías del "señalización" y de la correspondencia.